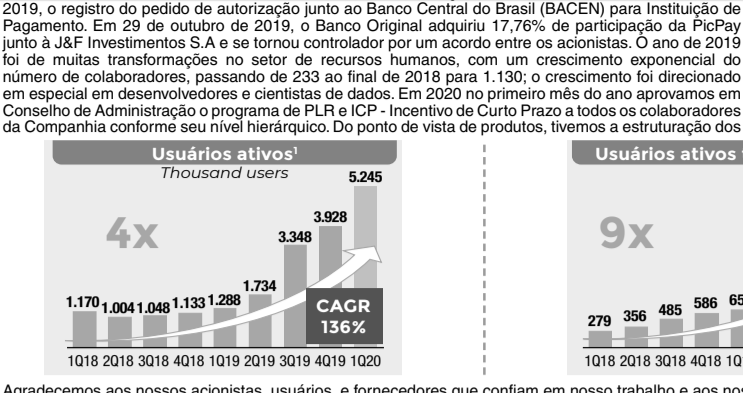


Relatório da Administração

A PicPay Serviços S/A, *Fintech* especializada em meios de pagamentos e serviços financeiros digitais, ao prazer de divulgar a vocês e ao mercado as suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A PicPay ofereceu um serviço de *one-stop platform* que agrega todas as necessidades financeiras e de pagamentos em um único lugar. Conectamos nossos usuários com diversos agentes do setor de serviços financeiros. A nossa plataforma tem uma visão intuitiva e cativante, em que focamos na experiência do usuário, efeito de rede e agnóstico, sempre provendo a melhor experiência aos nossos usuários. O setor financeiro está passando por profunda mudança estrutural criando uma nova arena de negócios. As principais mudanças observadas são o acesso a tecnologia, empoderamento do consumidor e uma agenda regulatória favorável. A PicPay entende que está preparado para competir nessa nova arena com seu tripé estrutural de foco na experiência do usuário, efeito de rede e pelo fato de ser agnóstico. No momento, conjuntura econômica não se mostra favorável devido a pandemia do COVID-19, que trouxe riscos para diversos setores em escala global. Internamente, montamos um Mapa de Riscos definindo ações em diversos segmentos como financeiro (liquidez, fraudes, receita), fornecedores (suspensão do serviço), produtos (diminuição do consumo) e regulatórios, visando a mitigação de riscos; até o momento essas ações têm se mostrado eficazes. Ao mesmo tempo, a PicPay tem se mostrado muito resiliente e preparada para esse ambiente que demanda distanciamento social, tendo sido escolhida como meio de envio de recursos emergenciais para parcela da população. Patrocinamos também *lives* com objetivo de arrecadar doações: Mais de R\$ 4 milhões foram arrecadados e integralmente repassados para mais de 10 entidades. Criamos também a Central de Doações em nossa plataforma, arrecadando recursos para diversas entidades. Ainda, novas features foram lançadas para apoiar ao e-commerce, apoiando as atividades comerciais principalmente das micro e pequenas empresas. Como principais fatos sociais ocorridos em 2019 destacamos: a venda da marca "PicPay" para a J&F Participações em 02 de maio de 2019, o início das atividades do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados PicPay I ("FIDC") em 09 de maio de 2019, a transferência da matriz de Vitória-ES para São Paulo-SP em 30 de maio de 2019 e em 06 de junho de



Agradecemos aos nossos acionistas, usuários e fornecedores que confiam em nosso trabalho e aos nossos colaboradores que, diariamente constroem uma PicPay mais forte. São Paulo, 24 de abril de 2020

Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4 19.960	17.989
Aplicação de serviços financeiros	97.987	2
Contas a receber operacionais	6 453.788	20.360
Outros ativos	7 14.014	906
Impostos a recuperar	1.189	53
	586.938	39.310
Ativo não circulante		
Aplicações financeiras	5 2.364	508
Depósitos judiciais	-	6
Investimentos	8	8
Imobilizado	8 57.013	2.276
Intangível	9 14.001	1.654
	73.381	4.462
Total do ativo	660.324	43.772

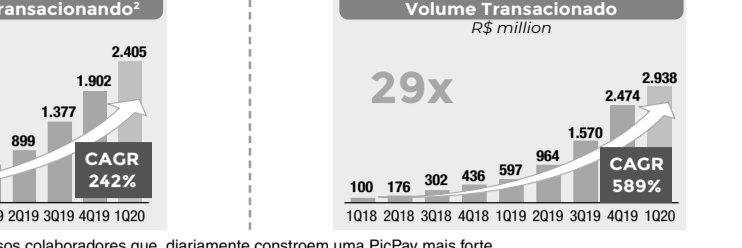
Passivo

	2019	2018
Passivo circulante		
Recursos de terceiros	10 94.565	18.500
Captação de terceiros vinculadas	11 425.685	-
Fornecedores	12 14.074	3.740
Obrigações tributárias e trabalhistas	13 21.191	1.648
Juros de parcelamento a apropriar	14 1.855	-
Arrendamentos	14 1.314	-
	558.684	23.888
Passivo não circulante		
Arrendamentos	14 42.878	-
Outras obrigações	-	3.856
Provisão para demandas judiciais	5	2
	42.883	3.858
Patrimônio líquido		
Capital social	15 252.758	5.760
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	123.728
Prejuízos acumulados	(194.001)	(113.462)
	58.757	16.026
	660.324	43.772

Total do passivo e patrimônio líquido

22626/33, onde não pode gerar receitas de juros acima do % SELIC. **3.10 Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, quando aplicável. **3.11 Provisões para contingências:** **Contingências Cíveis:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, da seguinte forma: • **Contingências - Não são reconhecidas** nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • **Passivos contingentes - São** apresentados divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos; • **Provisões - São** reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; • **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - São** reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem opção senão a de liquidar a obrigação. São constituídas provisões para contingências para fazer face às eventuais perdas que possam resultar de decisão final dos processos judiciais em curso, tornando-se como base os pareceres técnicos dos consultores jurídicos da Companhia. Os critérios para constituição das provisões judiciais são definidos pelos consultores jurídicos. **3.12 Impostos e contribuições:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados pelo regime de tributação do lucro real com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00/ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **3.13 Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.14 Reconhecimento de receita:** *Receita de prestação de serviços:* A receita é baseada em termos e condições definidas pelo termo de uso com os usuários do aplicativo e com os adquirentes. As receitas mencionadas acima são reconhecidas no momento em que a obrigação de desempenho sobre a análise é realizada. A Companhia analisa e reconhece suas receitas seguindo os seguintes passos: • **Identificação** da base das receitas de transações; • **Avaliação** de todas as contingências de performance; • **Determinação** do preço de transação; • **Alocação** de preços conforme performance; • **Reconhecimento** de receita. *Receitas financeiras e despesas financeiras:* As receitas financeiras da Companhia compreendem a receita de juros. A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo. As despesas financeiras compreendem as tarifas bancárias e juros quando houver sobre pagamentos em atraso. **3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos os dados reais. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas pelo menos anualmente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que estas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. (i) **Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros:** Para determinar a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos, a Companhia avalia ao fim de cada exercício se há alguma indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização, por meio de indicadores externos e internos. Se houver qualquer evidência de redução de uma estimativa do valor recuperável das unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor recuperável exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Durante o exercício corrente, a Companhia avaliou evidências que poderiam alterar o valor registrado dos seus ativos e como resultado não houve necessidade de reavaliação dos ativos. (ii) **Vida útil dos bens do imobilizado:** A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado anualmente e as taxas atenuamente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis destes.

times em squads, equipes multidisciplinares incluindo colaboradores de todas as áreas da Companhia, como principais features entregues, o saque na rede 24h, a conta universitária, a remuneração do saldo em carteira e o cartão de crédito, além de diversas parcerias comerciais e afiliação de estabelecimentos para 2020 exist um roadmap planejado de entregas que está sendo acompanhado periodicamente. Tivemos um crescimento exponencial em 2019, com aumento expressivo do volume transacionado (Total Payment Value), Números de Usuários Ativos e números de usuários que transacionam com a PicPay. Para 2020 nossa expectativa é de continuar repetindo esse crescimento, e os primeiros meses do ano tem mostrado isso.



Agradecemos aos nossos acionistas, usuários e fornecedores que confiam em nosso trabalho e aos nossos colaboradores que, diariamente constroem uma PicPay mais forte. São Paulo, 24 de abril de 2020

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4 19.960	17.989
Aplicação de serviços financeiros	97.987	2
Contas a receber operacionais	6 453.788	20.360
Outros ativos	7 14.014	906
Impostos a recuperar	1.189	53
	586.938	39.310
Ativo não circulante		
Aplicações financeiras	5 2.364	508
Depósitos judiciais	-	6
Investimentos	8	8
Imobilizado	8 57.013	2.276
Intangível	9 14.001	1.654
	73.381	4.462
Total do ativo	660.324	43.772

Passivo

	2019	2018
Passivo circulante		
Recursos de terceiros	10 94.565	18.500
Captação de terceiros vinculadas	11 425.685	-
Fornecedores	12 14.074	3.740
Obrigações tributárias e trabalhistas	13 21.191	1.648
Juros de parcelamento a apropriar	14 1.855	-
Arrendamentos	14 1.314	-
	558.684	23.888
Passivo não circulante		
Arrendamentos	14 42.878	-
Outras obrigações	-	3.856
Provisão para demandas judiciais	5	2
	42.883	3.858
Patrimônio líquido		
Capital social	15 252.758	5.760
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	123.728
Prejuízos acumulados	(194.001)	(113.462)
	58.757	16.026
	660.324	43.772

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Receita líquida de vendas	17	91.293
Custo de serviços prestados	18.1	(88.322)
Lucro/Prejuízo bruto	2.405	(8.029)
Despesas gerais e administrativas	18.2	(3.437)
Despesas de pessoal	18.3	(59.631)
Despesas comerciais e de marketing	18.4	(12.341)
Outras despesas e receitas operacionais	18.5	(1.192)
Resultado operacional	(107.598)	(47.932)
Outras receitas não operacionais	18.6	8.423
Resultado não operacional	-	8.423
Prejuízo antes do resultado financeiro	-	(96.204)
Resultado financeiro	18.7	15.571
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	-	(80.633)
Prejuízo líquido dos exercícios	-	(80.633)
Quantidade de ações	-	45.276
Prejuízo líquido por ação	-	(1,78)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A PicPay Serviços S.A. ("Companhia") constituída em 10 de julho de 2015, sediada em São Paulo-Brasil, tem por objetivo as atividades de instituição e administração de arranjos de pagamento, a prestação de serviços de pagamento, de correspondência bancária e intermediação de negócios em geral, a captação de recursos creditórios e/ou empréstimos, a complementação de recursos aos seus negócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ocorreram, principalmente, os seguintes eventos significativos: • A marca "PicPay" foi vendida para a J&F Participações em 02 de maio de 2019, pelo seu valor justo no montante de R\$ 8.423 conforme laudo elaborado pela Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., o pagamento foi realizado em 4 parcelas no valor de R\$ 2.196. Com a venda da marca a Companhia cede a titularidade de todos os direitos sobre a marca, continuando a explorar o seu domínio a partir de pagamentos de royalties de 1,0% da receita líquida para a J&F Participações e despesa com prestação de serviços de marketing constituída de acordo com as remunerações por novos usuários do período e pelo crescimento da receita. • Em 09 de maio de 2019, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados PicPay I ("FIDC") iniciou suas atividades para proporcionar operações parceladas aos usuários PicPay nas transações de pagamentos de juros, contas, estabelecimento de outros produtos PicPay. O saldo a repassar ao fundo é depositado em uma vinculação dentro a PicPay e o FIDC no vencimento do aniversário das parcelas pela credenciadora da transação. O Banco Original como único cotista do FIDC firmou acordo operacional com a PicPay por meio do qual paga uma remuneração mensal sobre o saldo de direitos creditórios performados de titularidade do FIDC. Isto é feito devido a um acordo operacional entre PicPay e Original que serve para incentivar a PicPay a ceder seus créditos parcelados para o FIDC; • Em 30 de maio de 2019 a PicPay transferiu sua matriz de Vitória-ES para São Paulo-SP; • Em 06 de junho registrou pedido de autorização junto ao Banco Central do Brasil (BACEN) para Instituição de Pagamento. A Companhia já possui o código Sibaacen e número do código IP (Instituição de Pagamento), mas até a presente data não foi feita a publicação no Diário Oficial da União. **2. Adoção inicial de normas e interações novas e revisadas:** Em 01 de janeiro de 2019, a Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2), *CPC 06 (R2) - Arrendamentos*: A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração e apresentação de dívidas vinculadas em termos de aplicabilidade para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2019. O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, sendo reconhecido um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A Companhia optou pela aplicação da abordagem retrospectiva como método de transição a partir de 1º de janeiro de 2019, com efeitos já registrados no patrimônio líquido no montante de R\$ 78 e contemplam a abordagem da norma vigente à data-base. A utilização desta abordagem impactou substancialmente os contratos de aluguel de imóveis. O detalhamento e a movimentação destes saldos estão demonstrados nas notas explicativas 6 - Imobilizado e 10 - Arrendamentos, e resumidos no quadro abaixo: Em 31 de dezembro de 2019:

	Ativo	Passivo
Adoção inicial CPC 06 em 01.01.2019	3.159	3.237
Adição de contratos de arrendamento	40.449	62.398
Reconhecimento de juros a apropriar	-	(21.950)
Pagamento de principal/aluguel	-	(477)
Apropriação de juros - Despesas financeiras	-	984
Depreciação acumulada	(1.653)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	41.955	44.192

3. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: **Bases de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 24 de abril de 2020. A Administração da PicPay Serviços S.A. elaborou as demonstrações financeiras considerando o pressuposto da continuidade, onde a Companhia avalia a capacidade de continuar em operação no futuro previsível por meio de planejamento anual, fluxos de caixa e revisão periódica dos responsáveis pela governança. Desta forma a Companhia não identificou situações com incertezas significativas em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvidas significativas em relação a capacidade operacional considerando que a Companhia não tem intenção de liquidar ou cessar seus negócios. Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, todos os saldos apresentados em reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se for mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **Práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas são como seguem: **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização e são resgatáveis em até 90 dias em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2 Contas a receber operacionais:** *Valores a receber de transações financeiras processadas por credenciadoras:* Representam principalmente os valores a receber devidos por credenciadores (adquirentes) para transações financeiras com cartões de créditos cadastrados no aplicativo, processadas que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte quando a vista ou conforme o vencimento no aniversário de cada transação se parcelada. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. *Valores a receber de prestação de serviços:* Representam principalmente as comissões de parceiros de negócios e valores a receber das taxas de intermediação cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais. **3.3 Ativos e passivos financeiros:** **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA); (ii) custo amortizado; e (iii) ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente:* Um ativo financeiro é classificado em ativos reconhecidos no resultado, mensurados ao custo amortizado, se o mesmo não for reconhecido no resultado. *Desreconhecimento de ganhos ou perdas não reconhecidos no resultado:* *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando o reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir desca-saamento contábil. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado. **Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. *Custo amortizado:* São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. **3.4 Outros ativos:** **Demonstrados** ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base por prazo de vida, corrigidos até a data do balanço. **3.5 Depreciação:** Realizado ao custo histórico, deduzido das provisões, deduzido do valor justo por meio do resultado abrangente caso a redução de valor recuperável seja calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As vidas úteis dos ativos imobilizados estão assim estimadas: - Máquinas e equipamentos - 10 anos; - Direito de uso do ativo de arrendamento - 5 e 10 anos; - Computadores e periféricos - 5 anos; - Móveis e utensílios - 10 anos; - Benefícios - 5 e 12 anos; - Instalações - 10 anos; Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **3.6 Intangível:** *Ativos intangíveis adquiridos separadamente:* Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido do valor justo por meio do resultado abrangente caso a redução de valor recuperável seja calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. E o prazo para amortização dos softwares adquiridos é de 5 anos, sendo amortizados à taxa de 20% a.a. *Ativos intangíveis gerados internamente:* Em 2019 foi contratada a consultoria *Large Scale Innovation* para realizar uma análise sobre os gastos relativos ao desenvolvimento de software interno, com base no resultado dessa consultoria foi possível ativar todos os gastos que foram de fato vinculados ao desenvolvimento de software interno. A conclusão técnica foi que a vida útil desses ativos não pode ser determinada com precisão, sendo assim a recomendação técnica para tratamento dos ativos é a realização de testes de *impairment analysis*. Os gastos subsequentes serão analisados seguindo os mesmos critérios da análise elaborada pela consultoria. Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando não há evidência de que os gastos possam ser reconhecidos como ativos, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os softwares desenvolvidos internamente são registrados na rubrica "softwares desenvolvidos internamente". **3.7 Operações de arrendamentos:** Para os contratos de arrendamento com prazo superior a um ano, a Companhia reconhece: (i) um passivo de arrendamento que corresponde à soma das contraprestações do contrato a valor presente e (ii) o respectivo ativo de direito de uso. Os valores do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso são mensurados quando ocorre mudança e/ou reajustes nos contratos, sendo que o ativo de direito de uso é avaliado, no mínimo anualmente (e/ou quando houver evidência), quanto a sua recuperabilidade. Os contratos de arrendamento são reconhecidos a partir das premissas a seguir: *Mensuração do passivo de arrendamento:* Mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de financiamento incremental da Companhia. *Prazo de arrendamento:* A Companhia reconhece os contratos de arrendamento conforme as respectivas cláusulas contratuais, considerando a sua renovação por mais um período de igual duração ao prazo original, caso haja esta previsão no contrato e desde que o contrato não seja considerado de curto prazo e/ou baixo valor. *Taxa de juros incremental de financiamento:* Para calcular o valor justo dos contratos, a Companhia considera a taxa de juros necessária para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia e ambiente econômico brasileiro, utilizando como base as taxas praticadas nas captações de recursos mais recentes no momento de reconhecimento do contrato de arrendamento. A taxa incremental utilizada foi de 8,23% a.a. para os contratos de 5 anos e de 8,94% a.a. para os contratos de 10 anos. *Depreciação/amortização do ativo de direito de uso:* A vida útil dos ativos de direito de uso é definida como o prazo total de vigência do contrato considerando, se aplicável, a sua renovação por um período de igual duração à vigência inicial, sendo reconhecida sua depreciação/amortização de forma sistemática e linear ao decorrer de sua vida útil. *Encargos financeiros:* Os encargos financeiros são reconhecidos com base na vida útil estimada de cada período de amortização ao longo do prazo do contrato. **3.8 Recursos de terceiros:** Referem-se ao saldo da carteira dos usuários durante em consideração os valores por eles transacionados no aplicativo, tais valores são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* de, podendo ser resgatados a qualquer momento pelo usuário. **3.9 Captações de terceiros:** Nessa rubrica são registrados os montantes referentes às transações parceladas que são 100% cedidas para o FIDC, onde o usuário é o cedente e a PicPay é classificado como devedor dos direitos creditórios e este é cobrigado e responde pela solvência, origemação, validade, existência, liquidez, certeza e exequibilidade dos direitos cedidos. Levando em consideração que a Companhia opera como uma instituição de meio de pagamentos e em conformidade com o artigo 1 da Lei da Usura - Decreto

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e bancos	12.358	15.274
Aplicações automáticas - conta corrente	2	2
	19.960	17.989

São consideradas como aplicações automáticas os valores que são transferidos automaticamente pelo banco para uma conta de "investimento" onde o saldo acrescido de rendimento retornará para a conta corrente de origem diariamente. **5. Aplicações Financeiras:**

	2019	2018
Banco Original S.A. - CDB	94.150	-
Banco Bradesco S.A. - CDB	-	2
Banco Bradesco S.A. - Debêntures	3.836	-
Banco Bradesco S.A. - Título de capitalização	1	-
	97.987	-
Total	2019	2018
Banco Original S.A. - CDB	2.232	384
Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - RDC	132	124
	2.364	508

As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em CDB (Certificados de Depósito Bancário), remunerados a taxa próxima ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros. **6. Contas a receber operacionais:**

	2019	2018
Prestação de serviços	108	-
Prestação de serviços - Partes relacionadas (nota 16)	2.138	-
Transações financeiras processadas por credenciadores	451.542	20.360
	453.788	20.360

O saldo de contas a receber operacionais por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está distribuído conforme segue:

	2019	2018
Com prazo até 30 dias	155.015	2.727
Com prazo de 31 a 60 dias	92.545	609
Com prazo de 61 a 90 dias	62.395	161
Com prazo de 91 a 180 dias	92.158	7.532
Com prazo de 181 a 365 dias	51.675	9.331
	453.788	20.360

18.6 Outras receitas não operacionais

	2019	2018
Ganho com a venda da marca Picpay	8.423	-
Total	8.423	-

A marca "PicPay" foi vendida para a J&F Participações em 02 de maio de 2019, pelo seu valor justo no montante de R\$ 8.423 conforme laudo elaborado pela Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda.

	2019	2018
18.7 Resultado financeiro:		
Receitas financeiras		
Juros sobre parcelamentos	32.948	21.439
Rendimento de aplicações financeiras	3.945	27
Outras receitas financeiras	2.120	6
Total receitas financeiras	39.013	21.472
Despesas financeiras		
Rendimento de carteira de usuário	(1.652)	-
Imposto de operações financeiras	(444)	(166)
Juros de antecipação	(20.072)	(6.897)
Juros de arrendamento	(1.030)	-
Outras despesas financeiras	(244)	(84)
Total despesas financeiras	(23.442)	(7.147)
Resultado líquido	15.571	14.325

19. Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social: Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de R\$ 193.239 (R\$ 112.606 em 2018), sobre os quais não foram registrados créditos tributários. **20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: 20.1 Gerenciamento de riscos:** A Companhia possui estrutura específica para a gestão de riscos, incluindo políticas e procedimentos, abrangendo avaliação e o monitoramento dos riscos operacionais, crédito e liquidez (incluindo o fluxo de caixa e das aplicações dos recursos mantidos em contas de pagamentos) incorridos pela instituição. Esse processo é contínuo, permanentemente revisado e serve de base às estratégias da instituição, entre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se: *Risco Operacional:* Fraude (chargeback); A Companhia possui áreas dedicadas ao combate às fraudes com desenvolvimento de processos e estratégias de

antifraudes e monitoramento em tempo real transações utilizando saldo da conta de pagamento ou cartão de crédito para pagamento de boletos, realização de saques ou transferências entre usuários, identificando, aprovando ou recusando as transações. *Risco de liquidez e juros:* Trata-se do risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros no momento em que ocorrem, ou seja, a possibilidade de ocorrência de um descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos em seu fluxo de caixa. Para administrar a liquidez dos caixas, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente. Como parte dos controles diários, são estabelecidos limites de caixa mínimo e de concentração de passivos, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir recursos suficientes para cumprimento dos compromissos financeiros. *Risco de crédito:* A Companhia não concede crédito aos seus usuários, assim está sujeita apenas ao risco de contraparte que é monitorado e se resume na possibilidade de inadimplência: a) dos emissores do cartão, que têm a obrigação de repassar à instituição as taxas cobradas pelas transações realizadas pelos titulares de seus cartões, (b) dos adquirentes, que são utilizados pela instituição para aprovar transações com os emissores e/ou (c) Instituições financeiras às quais a PicPay possui contas de depósitos. **20.2 Instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2019, o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia registrados no balanço patrimonial, se aproximam ao valor de curva, por serem representados principalmente por itens de curto prazo e por estarem indexados às taxas de mercado. A debênture está indexada conforme PU da Anbima. A Companhia adota políticas conservadoras de aplicação de seus recursos financeiros. As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2019 refletem, substancialmente, as condições de mercado no final do exercício. **21. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2019, a aplicação mais relevante da PicPay estava relacionada a cobertura de danos materiais no valor total de R\$ 18.600 (em 31 de dezembro de 2018 R\$ 1.640) e os principais riscos cobertos eram de incêndio, queda de raio e explosão, danos elétricos, risco operacional e de responsabilidade civil. **22. Outras informações: a) Contingências Cíveis:** Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia registrou uma provisão de R\$ 5 (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2018) na rubrica "Cível" referente a dois casos (1 caso em 31 de dezembro de 2018) considerados com risco de perda provável onde o usuário reivindica uma indenização de danos morais. O montante considerado com risco de perda possível, onde não há exigibilidade da constituição

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,

de provisão totaliza R\$ 20 (R\$ 12 em 31 de dezembro de 2018). **b) Contingências Trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía contingências trabalhistas classificadas como risco de perda possível e provável. **c) Contingências Fiscais:** Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía contingências fiscais classificadas como risco de perda possível e provável. **d) Instrumentos Financeiros Derivativos:** Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos. **23. Eventos subsequentes:** a) *Eventos subsequente no capital da Companhia:* Nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2020 a Companhia recebeu um aporte para futuro aumento de capital no montante de R\$ 93.934 não integralizados até a data da publicação. b) *COVID-19:* Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentou o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual de disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas, despesas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 foi revisada e foram tomadas as providências necessárias para a correção de rumos e para a estabilização econômica e financeira que se fizerem necessárias. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: i. Quanto ao risco operacional, a totalidade de nossos funcionários estão trabalhando de forma remota, fornecemos-lhes as ferramentas tecnológicas necessárias para que possam exercer plenamente suas atividades, de forma remota em qualquer lugar fora da PicPay, sem que haja qualquer prejuízo a continuidade dos negócios. ii. Quanto ao risco de crédito, acompanharemos diariamente os efeitos do surto na economia de uma forma geral, visando antecipar eventual deterioração das nossas linhas de créditos, adotando as providências necessárias para a minimizar seus efeitos nos resultados da Companhia.

A Diretoria**Rômulo Tozatto Farias - Contador - CRC-ES 020459/O-7**

como bom otemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

São Paulo, 24 de Abril de 2020

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2